



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022  
ISSN 2177-3866

## **Ciência X Técnica; Teoria X Prática, Episteme X Techne: e o ser humano, livre ou dominado?**

**JOSE IVAN DE PAULA PROHMANN**  
UNIVERSIDADE POSITIVO (UP)

**CLEIA DENISE SANTOS CISCATO**  
UNIVERSIDADE POSITIVO (UP)

**GRAZIELA PERRETTO RODRIGUES**  
UNIVERSIDADE POSITIVO (UP)

# CIÊNCIA X TÉCNICA; TEORIA X PRÁTICA, *EPISTEME X TECHNE*: E O SER HUMANO, LIVRE OU DOMINADO?

## 1. INTRODUÇÃO

Há algum tempo acontece um debate sobre a distância entre a teoria e a prática, entre a ciência e a técnica, e considerando que na pesquisa em Administração há predomínio da abordagem positivista sobre a ciência, no ensino em Administração há maior valorização da técnica (conhecimento aplicado), do que da ciência (conhecimento científico/acadêmico), mesmo por professores e estudantes. Na prática da Administração também há maior valorização da técnica (conhecimento aplicado), do que da ciência (conhecimento acadêmico), onde o conhecimento é a “matéria-prima” das instituições de ensino e que o conhecimento científico é a base para o desenvolvimento consistente do conhecimento técnico. Segundo Leite e Costa (2007) “no contexto das instituições acadêmicas e das comunidades científicas, a criação do conhecimento não pode prescindir da comunicação científica”. Assim, é proposta uma discussão com base epistemológica sobre o discurso predominante nos ambientes de ensino da Administração e ambientes organizacionais, visto que nesses ambientes, o foco é a solução imediata dos problemas e desafios das organizações.

Ouve-se muito, daqueles que defendem a prática e a aplicabilidade direta do conhecimento, a expressão: “A teoria na prática é outra” (CARVALHO, 2011). Isso denota uma oposição entre teoria e prática, ou seja, uma diferença em como as coisas são e como poderiam ser. Estabelecendo uma "lacuna entre as duas", eliminando o significado da *práxis* da relação entre a teoria e a prática. Essa dicotomia está muito relacionada à metáfora da Torre de Marfim, apresentada em Alcântara et al. (2016) que revela duas abordagens polarizadoras: a primeira sustenta a primazia da teoria sobre a prática e leva diretamente à ideia da Torre de Marfim, onde intelectuais, cientistas e pesquisadores das organizações ficariam longe da realidade organizacional. A segunda refere-se ao predomínio da prática sobre a teoria, resultando na aversão ao intelectualismo. Algumas abordagens objetivista, positivista e pragmática, se destacam na segunda possibilidade. É possível perceber o viés dos debates quando, buscando uma orientação prática para a teoria e acusando-a de estar distante, que as soluções reforçam a visão do mercado, ou seja, a teoria é uma boa teoria apenas se contribuir (quando aplicada) para o desempenho e a eficiência da empresa. Assim, a instrumentalização da teoria é apenas útil se puder ser traduzida em técnica

Nos últimos anos aumentou significativamente a oferta de cursos de Administração, principalmente por instituições particulares, em que se vende a perspectiva da formação profissional garantidora de empregabilidade aos estudantes. Além disso, dentro de uma boa parte de instituições ocorre uma simples e linear sujeição aos ditames do mercado, como apresenta Mattos (2000, p.2):

“Algo mais, no entanto, acontece dentro da escola, em nível dos próprios currículos. Os professores que orientam o ensino, que definem currículos ou aprovam programas propostos, não estão em condições de dizer **por que** se deve ensinar o que se vem ensinando. Parecem compelidos pelo ímpeto de expansão da área, como quem, antes de tudo, atende uma demanda de mercado. Por sua vez, os alunos pressionam por conhecimento que os prepare para a prática (tal como a entendem) e assim consolida-se nos currículos a equivocada tendência de “combinar teoria e prática”, como concedendo-se espaços a cada uma, ou admitindo que água e

óleo juntos são melhores do que separados. Nas bibliotecas das escolas, aos velhos manuais de teoria geral de administração, OS&M, matemática financeira, sociologia e psicologia social passa a agregar-se a editoração de mercado sobre estratégia empresarial, mudança organizacional e marketing. Ou seja: o gênero de teoria corrente do mercado é adotado na escola como um dos tipos de literatura aceita, talvez o mais procurado pelo seu estilo “mais leve”, na expressão de um aluno.”

Como há ênfase na aprendizagem prática, a teoria tende a se reduzir à técnica. Assim, é a crença na aplicabilidade direta do conhecimento à realidade, que garante à teoria um espaço no mercado o que de certo modo, tem sido referência para muitos centros de desenvolvimento teórico em Administração. Além disso, os consultores tendem a ser os produtores do conhecimento teórico (basicamente prescritivo) em Administração com mais penetração dentro das organizações. Isto por utilizarem linguagem compreensível e prática, baseada em casos e experiências reais de “sucesso”, o que legitima perante os gestores, as prescrições para se atingir os resultados almejados. Isso ajuda a criar o que o autor chama de “teoria administrativa de mercado”. Mesmo porque esse processo é reforçado pelos empresários e executivos, e chega ao ambiente acadêmico por meio de professores com experiência de mercado, ou seja, consultores, empresários e executivos que atuam também como docentes (MATTOS, 2000).

A aprendizagem nas escolas de Administração acaba tendo o conhecimento como um bem para uso e consumo ou mesmo como insumo do processo produtivo, em que basta utilizá-lo de forma correta para se chegar ao resultado almejado. Este conhecimento “aplicável” acaba tendo um *status* de verdade (do momento), o qual coloca o sujeito em modo submisso e passivo, como sendo um arquivo de conhecimento, não possibilitando a reflexão sobre esse mesmo conhecimento. Isso se explica, segundo Vizeu (2009), em função da orientação racional utilitária que a Administração tem, a qual é caracterizada como técnica para se instrumentalizar o ser humano, onde se reduz tudo à simples avaliação de consequências, colocando o sujeito como um recurso, um objeto, que tem a função única de atender o objetivo econômico da organização, como argumenta o autor:

“Na medida que as pessoas são tratadas como coisas, elas perdem sua identidade. Assim, sob a prerrogativa da racionalidade instrumental, a sociedade atual não é caracterizada por sujeitos-humanos, mas por papéis e por funções, que são expressos em termos tais como ‘contribuinte’, ‘paciente’, ‘funcionário’, ‘consumidor’, etc. Todavia, o homem é um ‘instrumento’ que tem um fator complicador: ele tem vontade e desejo próprios. Por isso, as técnicas para a instrumentalização do ser humano são mais refinadas, pois devem ser mecanismos sutis de controle, já que, assim, evitam o questionamento e garantem a melhor produtividade da máquina ‘homem’. É por isso que, nos últimos anos, as técnicas de gestão de pessoas (assim como as técnicas de marketing) se desenvolvem cada vez mais na direção do controle psicológico e da manipulação dos significados” (VIZEU, 2009, p.8).

O autor alerta para a evolução das formas de controle e manipulação que são desenvolvidas no universo organizacional e que tentam dificultar o processo de reflexão e a consequente possível autonomia do ser humano.

Em uma discussão sobre se a Administração é uma profissão ou não, Billsberry e Birnik (2010) debatem se o conhecimento científico (epistêmico) é central para o estudo de uma profissão. Citando Bennis e O'Toole (2005), afirmam que a maioria dos problemas enfrentados pelos gerentes seniores requer julgamento, e não análise. Tais argumentos estão mais próximos de defender uma sabedoria prática, em vez de uma visão puramente epistêmica da Administração como ciência.

Os autores indicam que parece não existir um *ethos* forte no campo da Administração hoje. Não há valores profissionais compartilhados e nenhum mecanismo específico de sanção, além da lei e de uma possível exposição na imprensa e na Internet. O campo da Administração é caracterizado por um foco quase exclusivo em resultados extrínsecos, e até se argumenta que a educação gerencial está atraindo, principalmente interessados em recompensas monetárias, em vez da prática real de gerenciamento. Assim, se o interesse próprio é legitimado como o único motor legítimo das motivações humanas, nossos alunos podem, de fato, ser doutrinados a se comportar de uma maneira mais egoísta do que sua inclinação natural. De acordo com isso, pode ser de fato prejudicial se a educação gerencial defender o interesse próprio como a única busca válida.

O papel desempenhado pelas instituições de ensino superior, principalmente as universidades, é muitas vezes restrito a simplesmente contribuir para a inovação tecnológica, ou seja, transmitir o conhecimento da universidade para o mercado (especificamente para as empresas) seria uma maneira de descer da Torre de Marfim. Esta é uma visão clara da ciência funcional em que a prática é a aplicação da teoria para manipular a natureza. Assim, a polarização permanece, já que não há integração entre o que é teoria e o que é prática, e como a prática é perseguida pela teoria (ALCÂNTARA et al., 2016).

Isso denota a necessidade de trazer o tema para uma discussão epistemológica. Segundo Serva (2012), há um espaço de tempo considerável sem que se veja interesse no assunto pela maioria dos produtores de conhecimentos da Administração. Possivelmente isto ocorre devido ao fato de ser uma ciência social aplicada, ou por falta de um questionamento sistematizado de modo que a Administração cresceu ao longo de oito décadas, carente de um investimento na “construção de um discurso sistematizado sobre si mesma” (p.14).

Fica evidente a necessidade de cada corpo de conhecimento delimitar seu perímetro de atuação, bem como seus critérios metodológicos. Exatamente sob esses aspectos, foram lançados diversos questionamentos sobre a capacidade da Administração atingir o status de ciência, uma vez que utiliza conceitos das mais diversas áreas, tomando de empréstimo termos da psicologia, economia, sociologia, entre outros (LIRA da SILVA; SANTOS, 2013).

## **2. EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA, CIÊNCIA E TÉCNICA**

Os pré-socráticos foram os primeiros a separarem o conhecimento racional, do conhecimento prático. O papel do conhecimento não era controlar o mundo exterior, mas ir além utilizando a argumentação lógica para alcançar a compreensão da ordem natural e da visão racional do mundo. Sabe-se que Platão e Aristóteles consolidaram essa visão. No entanto, cabe destacar o papel dos Sofistas, os quais tinham uma abordagem diferente. Isso foi possível graças a uma reavaliação histórica que ocorreu no século XX sobre os Sofistas, no qual se concluiu que estes tiveram um papel fundamental na história do pensamento antigo. Segundo Silva e Cunha (2015, p.70):

“o movimento de revisão do pensamento Sofista destacou a verdadeira revolução empreendida por aqueles pensadores, por meio da qual se produziu o deslocamento do eixo da reflexão filosófica da *physis* e do cosmo para o homem e àquilo que concerne à vida do homem como membro de uma sociedade. Ao posicionar o homem no centro da reflexão filosófica, os Sofistas centraram-se nos problemas concernentes à ética, à política, à retórica, à arte, à linguagem, à religião e à educação, iniciando o que pode ser chamado de período humanista da filosofia antiga, no qual se encontrava a preocupação com a formação do cidadão”

Segundo Platão, para os Sofistas, ter qualquer tipo de conhecimento dizia respeito a ter conhecimento prático de como as coisas são. *Episteme* (ciência) e *techné* (arte, técnica) eram confundidas com o ato de criar (*poiesis*); ter o conhecimento, era saber como trazer uma realidade observada ao longo do tempo por meio da interação entre as coisas e as pessoas em um determinado ambiente (SILVA; CUNHA, 2015). O conhecimento para os sofistas auxiliava os homens em suas atividades, por isso, não eram considerados teóricos que se dedicavam a prática, mas a partir da prática construíam teorias para melhorá-la.

Similarmente, o autor Franklin (2004) discute que a *episteme* é vista como uma *techné*, uma habilidade para fazer algo, um tipo de saber que tem como base um conhecimento específico e preciso. Essa noção de *episteme* intrinsecamente ligada à *techné* também aparece no início do diálogo *Górgias* como sinônimo de *didaskaliké*, mas que logo é abandonado por Platão. Na obra, a *República*, os termos obtêm um novo significado, que apesar de opostos, mantém a mesma relação intrínseca.

*Episteme* corresponde ao ideal científico moderno expresso em ciências naturais. Em Sócrates e Platão e, posteriormente, na tradição iluminista, esse ideal científico tornou-se dominante. Para Aristóteles, o ideal platônico de uma *episteme* como a forma última de conhecimento era equivocado. Ele apresenta de forma mais clara os conceitos de *techne* e *phronesis*. As três virtudes intelectuais da filosofia desenvolvidas por Aristóteles são apresentadas por Ing (2013): *Episteme* diz respeito aos universais e à produção de conhecimento que é invariável no tempo e espaço e, é alcançada com o auxílio da racionalidade analítica; *Techne* pode ser traduzido como ofício e arte, e como uma atividade é concreta, variável e dependente do contexto (MILLO; SCHINCKUS, 2016).

O objetivo da *techne* é a aplicação de conhecimentos técnicos e habilidades de acordo com uma racionalidade instrumental pragmática; *Phronesis* é frequentemente traduzido como "prudência" ou "bom senso prático, envolve julgamentos e decisões tomadas à maneira de um ator social virtuoso. Enquanto a *episteme* diz respeito ao teórico, o porquê e *techne* denota *know-how* técnico, *phronesis* enfatiza o conhecimento prático e a ética prática.

A ciência na era do Iluminismo - que é a base da ciência no Ocidente hoje - enfatizou *episteme* e *techne*. No entanto, a primazia da *phronesis* na filosofia de Aristóteles exigiu reiteração. Aristóteles era explícito em sua consideração da *phronesis* como a mais importante das três virtudes intelectuais. Isto porque é aquela atividade pela qual a racionalidade instrumental é balanceada pela racionalidade de valor, esse equilíbrio é crucial para a viabilidade de qualquer organização, da família ao estado (FLYVBJERG *apud* ING, 2013).

Os gregos influenciaram de modo intenso o pensamento na Idade Média, estes faziam a distinção entre *episteme* (ciência) e *techne* (técnica). A *episteme* é referente ao mais elevado grau de conhecimento certo, necessário e demonstrável, ou seja, o que chamaram de ciência apodítica ou ciência em sentido estrito, enquanto à *techne* era referente ao conhecimento prático, ao saber fazer as técnicas de modo geral (MARICONDA, 2006). Ainda segundo a autora (p. 274), esta distinção entre a ciência e a prática fizeram parte da organização institucional do conhecimento nos séculos XVI e XVII. De um lado, a Igreja mantinha uma tradição científica e filosófica e as ensinava nas universidades; por outro lado, as práticas no ensino técnico, que era desenvolvido durante a Idade Média, nas escolas de artesãos e, depois, nas escolas de artistas e nos arsenais do Renascimento e da primeira modernidade.

Na atualidade ainda é intensa a discussão sobre a relação entre teoria e prática, em que o pêndulo agora está do lado da prática. Até nos núcleos de geração de conhecimento

percebemos essa calorosa discussão, como cita Suddaby (2015, p.1-5), então editor da *Academy Management Review*:

“Embora eu esteja imensamente orgulhoso do produto coletivo deste periódico, às vezes me sinto incomodado com os discursos díspares de insatisfação sobre o papel da teoria na administração. Esses rumores assumem várias formas. Alguns dizem que há muita teoria, muito pouco do qual é “testado” empiricamente... Alguns sugerem que devemos declarar uma moratória à teoria e nos concentrar no acúmulo de “evidências” ... ou “conhecimento”... E alguns afirmam que a superprodução de teoria causa uma variedade de males em nossa profissão, incluindo a falta de relevância para os praticantes...”

De acordo com a perspectiva de polarização, a teoria só faz sentido, ou seja, útil, se for aplicada. Assim, a teoria é separada e dicotomizada da prática e vice-versa. A infeliz relação entre teoria e prática reside no fato de que a teoria está atualmente sujeita a uma pré-censura prática (ALCÂNTARA et al.,2016).

Habermas (2001) apontou que a relação entre teoria e prática (*práxis*) compreende tópicos como a tradução da teoria em prática, o papel desempenhado pela universidade, a relação entre conhecimento e interesse, a politização da ciência, entre outros.

### 3 BASES EPISTEMOLÓGICAS

A filosofia destaca o pensamento capaz de pensar além da metafísica e da essência da técnica (*gestell*) que tem dominado a compreensão do ser humano e sua relação no mundo. Redescobrir este pensar, para que não seja nem metafísico nem técnico é o que Heidegger chama de a tarefa do pensamento. Tanto a metafísica quanto a técnica estão pautadas no mesmo fundamento, ou seja, em uma mesma ideia de verdade. Nesta concepção de verdade a filosofia habita enquanto metafísica, por isso deveria buscar uma nova compreensão do que é verdadeiro, o ideal seria voltar às origens do pensamento grego e resgatar o significado de *alétheia*, desvelamento (AMORIM; SILVA, 2011).

No plano do acontecer natural, o que acontece depende da natureza como *poiesis*, no caso a autoprodução natural que não pode ser entendida como uma operação de fazer. Quando algo é *tecnicamente* produzido, esse deixar aparecer ocorre em decorrência da técnica e do técnico, ao invés de ser consequente a um processo “natural”. Assim temos um desocultamento, de um deixar vir à luz: acontecimento ou aparecimento. Denota-se assim o que teria de reducionista a interpretação instrumental em termos de relação entre meios e fins, o que permite a observação da relação que existe entre *poiesis*, *techné*, *episteme* e *verdade* no sentido do desocultamento – *alétheia*. A *poiesis* “natural” é a produção no sentido em que o termo é aplicado, a *techné* é a produção em que a técnica está presente, como quando o artesão fabrica um vaso; a *episteme* é o conhecimento adquirido nessa produção – “natural” ou “técnica” – que pode se distanciar dessa mesma produção no sentido de outros níveis de compreensão. Temos assim, três “casos” de desocultamento ou, mais precisamente, três modos de *alétheia* (LEOPOLDO e SILVA, 2007).

Mais recentemente, a natureza aparece como um emaranhado de forças passíveis de serem calculadas. O cálculo e a experiência são meios de fazer com que a natureza “se anuncie” como uma totalidade assim concebida. Com certeza a técnica moderna é uma *manifestação* posterior à ciência experimental. Mas em um sentido não meramente cronológico de *história*, a técnica está profundamente entranhada na própria essência da ciência moderna como seu

destino (SILVA, 2007). Segundo o autor, disso deriva, a impressão de que a técnica moderna seria ciência aplicada. A relação entre desocultamento e disponibilidade indica, assim, o modo específico pelo qual o homem experimenta a técnica e experimenta-se nela.

“Entretanto, a disponibilidade do ente como “forma” geral da técnica pode incidir na relação entre o homem e a técnica, fazendo-o incluir-se inteiramente entre os entes disponíveis – perdendo assim a sua diferença. É notável que Heidegger sublinhe que isso pode acontecer justamente quando o homem se investe da condição de senhor e dominador da terra pela via da técnica. Quanto mais esse senhorio for valorizado, mais o homem será uma simples peça do esquema da disponibilidade. O homem não mantém autonomia em relação à disponibilidade técnica fazendo-se “sujeito” da técnica. Pelo contrário, essa atitude indicaria antes submissão e impotência. A técnica é um destino que se oferece ao homem – e ele deve cumpri-lo. Mas se não compreender esse destino e se ignorar esse apelo, submergir-se no domínio da técnica. Para que isso não ocorra, é preciso ouvir o apelo e compreender o destino. Por paradoxal que possa parecer, esse consentimento é liberdade” (SILVA, 2007, p. 2).

A lacuna entre teoria e prática é tipicamente enquadrada como um problema de transferência de conhecimento. Van de Ven e Johnson (2006), discutem que esta abordagem é baseada na suposição de que o conhecimento prático (conhecimento de como fazer as coisas) em um domínio profissional deriva, pelo menos em parte, do conhecimento de pesquisa (conhecimento da ciência em particular e da pesquisa mais amplamente). Portanto, o problema é traduzir e difundir o conhecimento da pesquisa em prática.

Outra forma de abordagem considera o conhecimento da teoria e da prática como tipos distintos de conhecimento. Cada um reflete uma epistemologia diferente para tratar questões diferentes. Dizer que os conhecimentos da teoria e da prática são diferentes não significa dizer que eles se opõem ou substituem uns aos outros, em vez disso, eles se complementam. Isso leva a uma terceira visão - a saber, que a lacuna entre teoria e prática é um problema de produção de conhecimento (VAN DE VEN; JOHNSON, 2006).

A objetividade tem sido frequentemente vista como o coração do conhecimento científico. Mas desde o fim da visão recebida do positivismo e do empirismo lógico na filosofia da ciência, é agora amplamente reconhecido que o conhecimento científico não pode ser conhecido como sendo objetivo e verdadeiro em um sentido absoluto. Em vez disso, existe um mundo real lá fora, mas as tentativas de compreendê-lo são severamente limitadas e só podem ser aproximadas. Isso é apresentado pelas tradições modernas e pós-modernas. Bredillet, Tywoniak e Dwivedula (2015) afirmam que a tradição moderna está preocupada com teorias que apoiam a tomada de decisão em resposta a um contexto probabilístico e, assim, possibilitam certo nível de certeza. E ainda, que a tradição pós-moderna reconhece as ações e práticas gerenciais como uma resposta a contextos particulares incertos, complexos e socialmente construídos. Isto nos permite considerar um movimento da dicotomia entre uma racionalidade científica (teórica) e uma racionalidade prática. Ir além desse pensamento dicotômico envolve mudar o foco da filosofia da ciência para uma filosofia prática e ética, onde a teoria, a prática e a ética estão entrelaçadas.

Os estudos em Administração se desenvolveram basicamente a partir do pensamento predominante do *management* que é apoiado no paradigma funcionalista. Os traços marcantes deste movimento que tem predominado nos estudos e escritos sobre o meio organizacional caracterizam-se basicamente pelo seu foco gerencial centrado no controle e na busca da eficiência. Busanelo e Schlickmann (2010) discutem três obstáculos epistemológicos que devem ser superados pela ciência administrativa: **o parasitismo ideológico** – a ciência administrativa, similar a todas as ciências sociais, mantém relações ambíguas com o poder e de

forma repetitiva contribui para a legitimação da ordem existente; **o normativismo** – corresponde em fixar normas (teóricas) que devem responder à organização ou ao funcionamento da Administração, e em raciocinar utilizando como referência estas normas, em vez de procurar as leis (no sentido sociológico) a que obedecem de fato os fenômenos estudados; **as armadilhas do empirismo** – o conhecimento científico não é a descrição do visível, mas na habilidade de desapontar o invisível.

As teorias tradicionais se apresentaram no séc. XX envolvidas com a construção da realidade organizacional e da racionalidade enquanto esmaeciam este processo atrás de propostas científicas e “naturalidade”. O *mainstream* das teorias do *management* se vale de imperativos como globalização e competitividade para legitimar seu curso de ação e “sugerir” que não há uma outra alternativa de realidade organizacional. Desse modo, se ressalta a importância dos estudos críticos, os quais direcionam esforços para desconstruir esta realidade organizacional arquitetada sob estes pressupostos funcionalistas expondo a sua não naturalidade ou irracionalidade, desenvolvendo assim, o processo de “desnaturalização” e propondo que é possível buscar modelos organizacionais com propostas alternativas (BUSANELO; SCHLICKMANN, 2010). Os estudos críticos têm como direcionamento contribuir para que o potencial da consciência humana seja elevado a níveis que permitam analisar e discernir sobre as práticas opressoras, conduzindo a patamares satisfatórios de autonomia e responsabilidade das pessoas.

Theodore Adorno pensa claramente que a teoria é capaz de levar a consequências práticas (a teoria já é prática) e que haveria, como ele expressou, alguma censura no sentido de que o intelectual se veria motivado a entregar resultados e ações consideradas concretas, isto é, a “performatividade” exigida por uma sociedade administrada. Segundo Paes de Paula (2015), a falsa dicotomia entre teoria e prática é enfrentada pela Teoria Crítica. A Teoria Crítica (e perspectivas críticas de diferentes atores e abordagens) vê potencialidades inscritas na realidade (atual), em que o que já é não esgota o que pode ser. Quebrar a dicotomia entre teoria e prática torna-se viável quando não se desiste de saber como as coisas são ou como as coisas deveriam (ou poderiam) ser. A Teoria Crítica devido ao seu potencial para superar a dicotomia entre a teoria e a prática, não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas tem o objetivo de entendê-lo à luz de uma emancipação, que é possível ser feita, mas ao mesmo tempo é bloqueada pela lógica da organização social vigente, pois grande parte da atual pesquisa social empírica, especialmente no campo da gestão organizacional, está intimamente ligada ao pragmatismo, ao sucesso do mercado.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O SER HUMANO LIVRE, SERÁ?**

Um dos aspectos essenciais do pensamento de Habermas (2014) tem como premissa, que todo o conhecimento é dirigido por interesses. Ele desenvolveu esse argumento em sua obra: “Conhecimento e Interesse”, que chamou de “teoria dos interesses constitutivos de saberes”. Esta teoria apresenta o cientificismo de duas formas: a primeira mostra que a ciência oferece um tipo de conhecimento dentre outros conhecimentos existentes, questiona a ideia de que somente a ciência é capaz de definir as normas com que se vai julgar qualquer saber; e a segunda demonstra como os diferentes tipos de saberes são sustentados por interesses específicos (MOREIRA, VIEIRA e SILVA, 2015). Habermas contesta a visão de que o conhecimento é livre de interesses por parte daqueles que o produzem. Mas, que o conhecimento é elaborado a partir das necessidades humanas, sendo que estas as se formam a partir das condições históricas e sociais.

Atualmente o ser humano livre e autônomo é aquele que busca ser eficiente e competitivo. Para a tradição iluminista a razão é considerada o meio para a autonomia e liberdade, mas para ser racional o indivíduo tem que se submeter ao padrão tecno-científico moderno, o que sinaliza que esta técnica e ciência não são tão neutras assim. Segundo Marcuse (*apud* Ferreira, 2000) a razão teórica (ciência) sendo pura e neutra, passou a seguir a razão prática, ou seja, há apenas uma neutralidade aparente.

O que faz com que o ser humano não mantenha autonomia em relação à disponibilidade técnica fazendo-se “sujeito” da técnica. Pelo contrário, essa atitude indicaria antes submissão e impotência. A técnica é um destino que se oferece ao ser humano – e ele deve cumpri-lo. Mas se não compreender esse destino e se ignorar esse apelo, submergirá no domínio da técnica. (AMORIM; SILVA, 2011)

A emancipação da razão instrumental, consequência não pretendida da associação entre técnica e ciência, imporá limites claros ao sonho iluminista de formar uma sociedade composta por indivíduos livres. Os indivíduos são parte e fator da tecnologia, ou seja, inventam e usam máquinas, mas também direcionam como estas máquinas devem ser utilizadas. A tecnologia é então um modo de organizar as relações sociais, manifestando o pensamento dominante, sendo um instrumento de controle e dominação na sociedade (MARCUSE, *apud* FERREIRA, 2000).

O papel das instituições de ensino é questionado, em especial na área de Administração, onde a autorreflexão deve resultar na emancipação social e humana. A autonomia da ciência, foi aos poucos permitindo uma formação orientada pelo mercado e pelos interesses políticos. A universidade deve, portanto, promover a emancipação do sujeito de forma a torná-lo capaz de refletir e participar ativamente na transformação da sociedade onde está inserido.

Ainda mais, quando as instituições de ensino acabam formando estritamente para o mercado, a serviço do mercado, formando peças de reposição sem capacidade reflexiva. Como argumentam Vizeu, Flores e Villela (2016), que seguindo as ideias de Habermas, o aspecto negativo da ação estratégica é quando a relação se dá de forma teleológica, o outro sujeito passa a ser considerado como objeto. Para Habermas, a ação estratégica como mediadora da relação entre sujeitos assume caráter de dominação, castração, em que:

“A racionalidade do cálculo utilitário de consequências é empregada, de modo que o outro sujeito se torna um meio para se atingir um fim, ocorrendo assim a sua descaracterização enquanto um sujeito livre e capaz de argumentar por meio da sua subjetividade, sua compreensão social, segundo seu próprio eixo cultural e de tradições acumulados ao longo de sua vida. Portanto, com base na pragmática habermasiana, a existência da ação estratégica-monológica não é um fato socialmente ruim em si, o distúrbio ocorre quando os sujeitos percebem os outros como meios, que apenas existem no mundo para cumprir o papel de intermediação tática às suas finalidades” (VIZEU, FLORES e VILLELA, 2016, p.1).

A ação estratégica, em Habermas, pode ser: a manipulação e a comunicação deturpada. Nestas situações, a questão principal é atingir a eficácia. Segundo Habermas, o agir estratégico pode ocorrer de forma aberta ou velada, sendo ambas as formas compreendidas como meios para a colonização do mundo da vida, ou seja, servem como inibidores ao estado natural de mundo, que é constituído pela subjetividade e validado socialmente, o qual não guarda relação com elementos do mundo sistêmico: Estado e mercado (VIZEU, FLORES e VILLELA, 2016).

A grande questão é: até que ponto nossas instituições de ensino e mesmo os docentes, talvez sem se darem conta, atuam dentro desta lógica. Pois, segundo Vizeu, Flores e Villela, (2016), essa forma de agir pode ser socialmente patológica, pois coloca os sujeitos manipulados em posição de desvantagem e impede o alcance de acordos benéficos reciprocamente, sinceros

e duradouros. Talvez seja uma forma, por meio de um discurso empregado com o intuito de falsear a essencialidade de certas características do mundo sistêmico, o tornando imprescindível e idealizado.

O entendimento do caráter ontológico, histórico da técnica e do ser humano como o agente técnico, é o que pode determinar que no perigo resida também a salvação. Se a técnica é o modo de desvelar o ser e habitar o mundo – o modo de existir – e se nossas maneiras de pensar e agir são dependentes da técnica, isso significa que é inevitável haver um tipo de governo técnico do mundo que não deve ser desconsiderado. Entretanto, essa mesma compreensão abre possibilidades de um outro modo de pensar, que integre a técnica, e que faça da técnica que nos domina, uma questão a ser enfrentada com a liberdade que for possível (AMORIM; SILVA, 2011).

Na obra Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, como apresentam Moreira, Vieira, Silva (2015), Habermas propõe com essa teoria, um tipo de razão que possibilite aos homens a liberdade (comunicação livre) e a emancipação (racional e crítica), resultante da razão comunicativa. A transição da razão instrumental para a razão comunicativa ocorre no espaço social em que se aglutinam dois mundos, a saber: o mundo sistêmico e o mundo da vida. O mundo sistêmico e o mundo da vida têm funções que se complementam, sendo inviável a existência de um mundo sem o outro. Porém, quando a racionalidade instrumental se impõe à racionalidade comunicativa, ocorre a “invasão” dos sistemas sobre campos de decisão onde deveria prevalecer a racionalidade comunicativa.

Também para Habermas (2001), faz-se necessário a ação comunicativa para inserir tanto a razão teórica quanto a prática, sem priorizar nenhuma delas. É necessária uma articulação entre estes dois saberes, de modo que estes se complementem e formem um agir mais reflexivo, emancipatório e que proporcione discussões racionais.

Nesta perspectiva, as instituições de ensino e os seus participantes devem pautar-se na competência comunicativa, de forma a proporcionar aos estudantes a participação mais ativa, de maneira crítica e reflexiva na sociedade em que estão inseridos. Desta forma, há o aperfeiçoamento e a civilização da humanidade, bem como a contribuição para a evolução da sociedade.

## BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, V. C.; VALADARES, J. L.; MACEDO, A. S. CAPPELLE, M. C. A. **A solution through praxis?** reflections about the ivory tower metaphor and the indissociability between theory and practice in organizational studies. RAM rev. Adm. Mackenzie, set-out. 2016. 17(5).

AMORIM, W. L.; SILVA, E. **Techné, técnica e os seus dispositivos técnicos:** a mercantilização do meio ambiente e dos recursos naturais, ed. 13. Revista Filosofia Capital, 2011. vol. 6.

BILLSBERRY, J.; BIRNIK, A. **Management as a contextual practice:** the need to blend science, skills and practical wisdom. Organization Management Journal, 2010. 7, p. 171–178.

BREDILLET, C.; TYWONIAK, S.; DWIVEDULA, R. **Reconnecting Theory and Practice in Pluralistic Contexts:** Issues and Aristotelian Considerations. Project Management Journal, 2015. vol. 46, n. 2, p. 6–20.

BUSANELO, E.C.; SCHLICKMANN, R. **Contribuições da Critical Management Studies (CMS) para a Epistemologia da Administração.** In.: VI ENEO, Florianópolis, 2010.

CARVALHO, J. S. F. **A teoria na prática é outra?** São Paulo: Revista Brasileira de Educação. Mai-ago. 2011. V.16, n. 47, p. 307-322.

FERREIRA, J. **Técnica e Liberdade.** São Paulo: Lua Nova-revista de Cultura e Política. 2000. n. 51.

FRANKLIN, K. **Os conceitos de *Doxa* e *Episteme* como determinação ética em Platão.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como “Ideologia”.** Ed. 70, Lisboa-Portugal, 2001.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse.** ed. 1, São Paulo: Editora UNESP, 2014. Tradução Luiz Repa.

ING, D. **Rethinking Systems Thinking: Learning and Coevolving with the World.** Systems Research and Behavioral Science, 2013. 30, p. 527–547.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. M. S. **Gestão do conhecimento científico: proposta de um modelo conceitual com base em processos de comunicação científica.** 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/3dHC9m593WJFcVWSRhNjnCJ/?lang=pt> Acesso em 24/07/2022.

LEOPOLDO e SILVA, F. **Martin Heidegger e a técnica.** São Paulo: Scientiæ Studia., 2007. v. 5, n. 3, p. 369-74.

LIRA da SILVA, T. D.; SANTOS, A. G. **Administração: que ciência é essa?** Da demarcação científica à epistemologia de fronteira. Rio de Janeiro: In.XXXVII ENANPAD, 2013.

MARICONDA, P. R. **Galileu e a ciência moderna. Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria,** jul-dez. 2006. v. 9, n.16, p. 267-292.

MATTOS, P. L. **O que diria Popper ao mercado de teoria administrativa?** uma “viagem” da epistemologia à aprendizagem. Florianópolis :In. XXIV ENANPAD, 2000.

MILLO, Y.; SCHINCKUS, C. **A nuanced perspective on episteme and techne in finance.** International Review of Financial Analysis, 2016. 46, p. 124–130.

MOREIRA, J. A.; VIEIRA, M. G.; SILVA, C. G. **Entre a Teoria, a Prática e a Tecnologia: Relação entre o Saber Teórico e o Saber Prático no Contexto da Formação Contábil e o Pensamento de Jüngen Habermas.** Vitória: BBR, Vitória, jul.-ago. 2015. v. 12, n. 4, Art. 6, p. 130 – 148.

PAES DE PAULA, A. P. **Repensando os estudos organizacionais: por uma nova teoria do conhecimento.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SERVA, M. **O Surgimento e o Desenvolvimento da Epistemologia da Administração: inferências sobre a contribuição ao aperfeiçoamento da teoria administrativa.** Rio de Janeiro: In.XXXVI ENANPAD, 2012.

SILVA, F. L. **Martin Heidegger e a técnica.** Vol. 5 São Paulo: Scientiæ Studia, set. 2007. Vol. 5, n. 3.

SILVA, T. CUNHA, M. **Teoria e prática na formação clássica: o debate sofista.** Uberaba-MG: Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social - REFACS (online), 2015. 3(2): p. 69-77, doi:10.18554/refacs.v3i2.1084.

SUDDABY, R. Editor's Comments: **Why Theory?** Academy of Management Review. 2015. vol. 4015, No. 1, 1–5.

VAN DE VEN, A. H.; JOHNSON, P. **Knowledge for Theory and Practice.** Academy of Management Review, 2006. vol. 31, n. 4, p. 802–821.

VIZEU, F. **Racionalidade Administrativa e Distorção Comunicativa nas Organizações Contemporâneas.** São Paulo: In. XXXIII ENANPAD, 2009.

VIZEU, F.; FLORES, A.P.; VILLELA, J. S. **Revisitando a Teoria do Agir Comunicativo em Estudos Organizacionais.** Costa do Saúpe: In. XL ENANPAD, 2016.